



Apresentação

Este dossiê apresenta várias interpretações dos desafios atuais que confrontam a democracia na América Latina. Alguns textos elaboram seus diagnósticos focalizando a conjuntura atual pela qual passam os países dos autores, enquanto outros procuram avançar um marco interpretativo mais geral. O leitor certamente observará que os textos se complementam e que fenômenos similares podem ser encontrados nos diversos países, o que não elimina as particularidades da forma em que eles se expressam nos diversos contextos nacionais.

A dinâmica política atual do Peru é caracterizada, por Aldo Panfichi e Juan Dolores, como sendo de extrema fragmentação de seu sistema partidário. Tomando como ponto de referência a situação política criada com a renúncia de Fujimori no ano 2000, os autores mostram a ascensão de dois novos partidos que tendem a ocupar a cena política, Fuerza Popular (FP) e Alianza para el Progreso (APP), caracterizados pela capacidade de consolidar alianças em nível local. Os autores indicam que o atual sistema partidário ainda é extremamente frágil, e que ambos os partidos são controlados por núcleos familiares, organizados a partir de laços clientelísticos.

Angelina Peralva nos confronta com os desafios apresentados pela globalização. No novo espaço transacional circulam identidades, mercadorias e pessoas que colocam em questão o formato tradi-

cional do Estado-nação dentro do qual se cristalizaram as instituições democráticas. Nesse contexto surgem novas formas de produção e mobilidade humanas, muitas vezes às margens da legalidade, tanto na forma de trabalho precário de emigrantes, quanto de contrabando ou tráfico de drogas, que permeiam as estruturas e as instituições do Estado, fragilizando os sistemas políticos e as formas tradicionais de representação.

Fernando Mayorga se concentra no chamado pêndulo da política latino-americana, que estaria passando de uma fase de governos com orientação de esquerda para governos liberais, ou, colocado de forma diferente, de governos que enfatizavam o papel do Estado e políticas distributivas para governos menos intervencionistas e políticas pró-mercado. O autor indica que o lado “esquerdo” do pêndulo se refere a uma diversidade de modelos de governo de esquerda, ao qual eu agregaria que podemos encontrar diversidade similar no lado “direito”. Finalmente o autor discute o caso boliviano e o referendo onde foi derrotada a proposta que permitiria a reeleição de Evo Morales. Esse resultado estaria associado ao surgimento de uma oposição extraparlamentar, que habita nas redes sociais e que não se identifica com os partidos políticos, e, portanto, dificilmente se traduzirá numa

BERNARDO SORJ é professor titular de Sociologia da UFRJ e diretor do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

nova base parlamentar capaz de questionar a hegemonia do partido governante, o MAS.

De acordo com Isidoro Cheresky, as instituições democráticas estão em crise não somente na nossa região, embora na América Latina elas apresentariam características específicas. O ciclo de governos que promoveram políticas sociais que permitiram uma melhoria das condições de vida dos setores sociais mais pobres teria se caracterizado por uma relação direta entre os “líderes” e os cidadãos, uma excessiva concentração de poder executivo, um discurso paternalista e o uso opaco de recursos públicos, levando ao enfraquecimento das instituições e dos partidos políticos. Muitos desses governos teriam um discurso “fundacionista”, se apresentando não como uma alternativa de poder no interior do jogo democrático, mas como expressão de um novo tempo e única expressão da vontade popular, da qual eles seriam os legítimos representantes, com direito a se manterem no governo de forma permanente.

Javier Couso nos apresenta uma visão de conjunto dos principais desafios que enfrentam as democracias da região. Embora reconhecendo que fizemos grandes avanços na consolidação de uso de eleições para escolha dos governantes, o autor indica a existência de vários déficits na capacidade de instaurar um Estado de direito capaz de limitar a violência criminal e o abuso do poder armado dos órgãos de segurança pública e combater a corrupção e a apropriação de recursos públicos por grupos econômicos privados. Couso assinala

igualmente que a grande desigualdade social que ainda continua presente mina o funcionamento da democracia. Finalmente propõe que se analisem os casos do Uruguai, Costa Rica e Chile como referências que podem indicar caminhos para enfrentar os desafios enumerados.

Leonardo Avritzer discute a formação histórica dos regimes democráticos na América Latina focalizando as relações entre as instituições do Estado e a participação cidadã. Analisando a elaboração das novas constituições de vários países da região em fins do século passado, ele argumenta que foram reforçados o papel do Judiciário, os direitos dos cidadãos e os mecanismos de participação. Na parte final do texto o autor se interroga sobre como essas transformações interagem com o atual momento econômico e político da região.

Rubén Aguilar apresenta um diagnóstico da situação da democracia no México, a partir da derrota do PRI nas eleições de 2000, depois de oito décadas de permanência no poder. Aguilar argumenta que, apesar do mal-estar na sociedade com o sistema político, foram realizados importantes progressos, entre eles as eleições realmente abertas com alternância de poder e partidos competitivos, melhor distribuição entre os poderes do Estado e respeito pela autonomia dos governos estaduais. Em contraposição, lembra a persistência da corrupção, o abuso de poder dos governos estaduais, a desigualdade social, a baixa qualidade dos serviços públicos (embora eles tenham se ampliado) e a violência e o desrespeito pelos direitos humanos.